



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 85,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	<b>Ano</b>	
	As três séries . . . . . Kz: 1.469.391,26	
	A 1.ª série . . . . . Kz: 867.681,29	
	A 2.ª série . . . . . Kz: 454.291,57	
	A 3.ª série . . . . . Kz: 360.529,54	

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 46/21:**

Aprova a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 27 958 127 000,00, para o pagamento das despesas para a prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província de Luanda.

**Despacho Presidencial n.º 17/21:**

Autoriza a despesa e a abertura do Procedimento de Contratação Emergencial, no valor de Kz: 34 885 662 022,00, para aquisição de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província de Luanda e autoriza a Governadora Provincial de Luanda, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, a criação da Comissão de Avaliação do Concurso, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do presente Concurso.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 46/21**  
de 23 de Fevereiro

Havendo a necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o Exercício Económico de 2021, para suportar as despesas relacionadas com a concessão de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província de Luanda para a Unidade Orçamental Governo da Província de Luanda;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 26.º e 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, o seguinte:

**ARTIGO 1.º****(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)**

É aprovada a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 27 958 127 000,00 (vinte e sete mil milhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, cento e

vinte e sete mil Kwanzas), para o pagamento das despesas para a prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província de Luanda.

**ARTIGO 2.º****(Atribuição do crédito adicional)**

1. O montante do crédito adicional referido no artigo 1.º deve ser atribuído faseadamente, em função das necessidades de pagamento e após esgotadas todas as verbas atribuídas inicialmente.

2. O crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo 1.º do presente Decreto Presidencial, é afecto à Unidade Orçamental Governo da Província de Luanda.

**ARTIGO 3.º****(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

**ARTIGO 4.º****(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Fevereiro de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (21-1675-A-PR)

**Despacho Presidencial n.º 17/21**  
de 23 de Fevereiro

Considerando que o Governo Provincial de Luanda, no âmbito das suas atribuições e com base nas estratégias gerais definidas, tem vindo a desenvolver esforços no sentido do melhoramento do sistema de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província;

Tendo em conta que, com a cessação dos contratos de prestação de serviço de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos que pode causar problemas graves de saúde pública, ocorrência de outros surtos endémicos e pandémicos, a Província de Luanda está sem nenhuma operadora contratada para o respectivo serviço e assiste desde o começo do ano corrente a um aumento de lixo nas vias públicas;

Havendo a necessidade de se proceder à abertura do Procedimento de Contratação Emergencial para evitar o aumento dos efeitos negativos sobre a situação de calamidade pública;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea f) do n.º 1 do artigo 22.º, o artigo 26.º, 31.º, artigos 32.º, 33.º, 34.º, 38.º, 42.º, 44.º, a alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º, 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e com a alínea a) do n.º 2 do Anexo X, actualizado pelo n.º 14 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 141/20, de 21 de Maio:

1. É autorizada a despesa e a abertura do Procedimento de Contratação Emergencial, no valor de Kz: 34 885 662 022,00 (trinta e quatro mil milhões, oitocentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil e vinte e dois Kwanzas), para aquisição de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos na Província de Luanda, dividido pelos lotes seguintes:

- a) Lote 1: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Luanda;
- b) Lote 2: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Icolo e Bengo;
- c) Lote 3: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município da Quiçama;

- d) Lote 4: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Cacuaco;
- e) Lote 5: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município do Cazenga;
- f) Lote 6: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Viana;
- g) Lote 7: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Belas;
- h) Lote 8: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município do Kilamba Kiaxi;
- i) Lote 9: Prestação de serviços de limpeza pública e recolha de resíduos sólidos no Município de Talatona.

2. A Governadora Provincial de Luanda é autorizada, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, a criação da Comissão de Avaliação do Concurso, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do presente Concurso.

3. A Ministra das Finanças deve assegurar a disponibilização de recursos financeiros necessários à execução dos contratos inerentes aos referidos Projectos.

4. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Fevereiro de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (21-1675-B-PR)